

### 2.1.2 Violência obstétrica: importância do papel educacional da enfermagem no seu enfrentamento<sup>1</sup>

NUNES, A.V.; COSTA, C.C.A.; ROSSI, G.R.; SOUZA, R.R. de; GOMEZ, M.L.P.A.

Violência obstétrica: importância do papel educacional da enfermagem no seu enfrentamento<sup>1</sup>

**NUNES, A.V.<sup>2</sup>; COSTA, C.C.A.<sup>2</sup>; ROSSI, G.R.<sup>2</sup>; SOUZA, R.R. de<sup>2</sup>; GOMEZ, M.L.P.A.<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Programa de Iniciação Científica Centro Universitário Ítalo Brasileiro.

<sup>2</sup> Discentes do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Ítalo-Brasileiro – Ítalo.

<sup>3</sup> Orientadora. Farmacêutica, Professora Doutora em Ciência dos Alimentos pela Universidade de São Paulo. Contato: maria.gomez@italo.edu.br

COMO CITAR O ARTIGO:

NUNES, A.V.; COSTA, C.C.A.; ROSSI, G.R.; SOUZA, R.R. de; GOMEZ, M.L.P.A. **Violência obstétrica: importância do papel educacional da enfermagem no seu enfrentamento.** URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista\\_eletronica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, v.12, n.1, p. 31-55, jan/2022

## RESUMO

Estudo desenvolvido para conhecer as formas de violência obstétrica e a importância do papel educacional da Enfermagem no seu enfrentamento. O objetivo foi reconhecer, através da literatura, as causas da violência obstétrica, a importância da intervenção da enfermagem na sua prevenção, e os meios a serem utilizados para tanto. Pretende-se com isso esclarecer profissionais de saúde sobre a importância de reconhecer e fazer reconhecer os direitos da mulher em seu período gestacional e pós-parto. Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa. Os critérios de inclusão empregados foram artigos científicos publicados no período entre 2015 a 2021, no idioma português, utilizando os descritores “violência obstétrica”, “cuidados”, e “pré-natal”, através do operador booleano AND. Os critérios de exclusão foram artigos duplicados nas bases de dados e aqueles não relacionados ao tema em questão. Os dezenove artigos resultantes das buscas iniciais foram avaliados, com a finalidade de separar os artigos que atendessem aos objetivos. Por meio da leitura seletiva e análise dos títulos e resumos, foram excluídos cinco artigos duplicados e três que não se relacionavam ao tema proposto, restando para a composição desta revisão integrativa onze artigos para leitura integral e crítica. Concluiu-se que a violência obstétrica impacta fortemente no desenvolvimento e autonomia materna em suas etapas gestacionais, sendo a atualização do profissional de enfermagem através de uma educação continuada a chave para o combate e prevenção de qualquer tipo de violência obstétrica apresentada e discutida no desenvolver deste trabalho.

**PALAVRAS-CHAVES:** Violência obstétrica, prevenção, enfermagem, humanização, parturiente.

## **ABSTRACT**

This study was developed to understand the forms of obstetric violence and the importance of the educational role of Nursing in coping with it. The objective was to recognize, through the literature, the causes of obstetric violence, the importance of nursing intervention in its prevention, and the means to be used for this. This is intended to enlighten health professionals about the importance of recognizing and having women's rights recognized in their gestational and postpartum period. This was an integrative literature review. The inclusion criteria employed were articles published in the period between 2015 and 2021, in Portuguese, using the descriptors "obstetric violence", "care", and "prenatal care", using the Boolean operator AND. The exclusion criteria were duplicated articles in the databases and those that were not related to the topic in question. The nineteen required articles from the initial searches were read, with the aim to separate the ones that met the objectives. Through selective reading and analysis of titles and abstracts, five duplicate articles and three that were not related to the proposed theme were excluded, leaving eleven articles for full and critical reading for a composition of this integrative review. It was concluded that obstetric violence has a strong impact on maternal development and autonomy in their gestational stages, and the updating of the nursing professional through continuing education is the key to combating and preventing any type of obstetric violence shown and discussed not to develop this work.

**KEYWORDS:** Obstetric violence, prevention, nursing, humanization, parturient

## 1 INTRODUÇÃO

Diante do atual cenário, nota-se com preocupante recorrência diferentes formas de violência em ambiente hospitalar, e dentre elas encontra-se a violência obstétrica, que ainda é pouco discutida pela parturiente como forma real de violência. Contudo, notou-se a necessidade de realizar um estudo mais aprofundado, para entendimento e atualização do assunto abordado.

A historicidade do nascimento de uma criança iniciou-se com a presença de parteiras, cujos conhecimentos eram empíricos e cumulativos. Mas, com a evolução do saber científico que esta área sofreu durante o tempo, outros profissionais, como enfermeiras obstetras e obstetrites, passaram a participar no cuidado a parturiente, o que tornou o atendimento mais qualificado, seguro e eficaz (FARIAS, 2010).

Com a atualização da assistência ao parto, os métodos do nascer tornaram-se muito mais voltados às escolhas médicas do que as próprias escolhas maternas. Nas instituições privadas no Brasil, 85% dos partos são cesáreas, embora o Ministério da Saúde preconize esse valor em 15%. Portanto, além de tantas novidades que uma mulher vivencia em seus meses gestacionais, ainda vai ao encontro de uma realidade cirúrgica, invasiva, que pode resultar no aumento de mortalidade materna e infantil, e depressões pós parto (CARREGAL et al., 2020).

A violência obstétrica constitui-se de atos realizados por profissionais de saúde em relação ao corpo da gestante durante o pré-natal, trabalho de parto e puerpério, e caracteriza-se por excesso de intervenções, procedimentos desnecessários, negligências e escassez de informações (MEDEIROS et al., 2016).

O período gestacional é um momento delicado e único na vida de uma mulher, justamente pela presença de acontecimentos físicos e psicológicos que até então eram por ela desconhecidos. Assim, episódios de violência durante o período gestacional da mulher podem trazer consequências capazes de perdurar por muito tempo, sendo a porta de entrada para novos transtornos, como a depressão pós parto, que diminuem mentalmente o potencial feminino de parir, tanto naquele momento quanto em futuras gestações. Esse processo gera negação e instabilidade da mãe tanto para com os cuidados ao recém-nascido, como para com seus próprios cuidados. Profissionais da saúde devem estar aptos a gerenciar este momento vivido pela mulher, direcionando seus cuidados, principalmente quando a mesma não quer procurar auxílio para tal (GUEDES-SILVA et al., 2003).

Apesar de imaginar-se o ato violento somente como uma ação de danos físico e/ou verbal, dentro da obstetrícia, o silêncio muitas vezes torna-se ainda mais agressor do que a própria fala. É necessário que a mulher conheça seus direitos, como o garantido pela lei nº 11.108/2005 (BRASIL, 2005), que assegura à mulher o direito de estar acompanhada durante todo o seu trabalho de parto, parto, e pós-parto imediato (ISMAEL et al., 2020; STORTI, 2004).

Como uma das formas de evitar a violência obstétrica, a mulher precisa conhecer e escolher os procedimentos aos quais será submetida. Assim, o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN), programa idealizado pelo Ministério da Saúde com o objetivo de humanizar o atendimento prestado à gestante e seu bebê, instituiu a adoção de um Plano de Parto, um direcionamento para que os profissionais daquele atendimento conheçam os desejos da parturiente. Para que a gestante possa escolher os procedimentos a serem colocados em seu plano de parto, ela deve ser orientada de forma clara

e completa sobre todos os assuntos pertinentes ao momento que ela está vivendo para que sua escolha seja consciente e com seus desejos pessoais, favorecendo a autonomia materna e como deseja ser assistida e cuidada (CARREGAL et al., 2020; FRANCISCO, 2016; MEDEIROS et al., 2019; SANTANA; LAHM; SANTOS, 2015).

O profissional de saúde é o principal responsável por assistir e oferecer este serviço humanizado e, conseqüentemente, diminuir as ocorrências de violências em ambientes de atendimento a gestante. Esta humanização vai além do “colocar-se no lugar do outro”. No parto, o profissional deve ter o seu próprio lugar, o seu lugar de apoio, de cuidado, de confiabilidade para com aquela paciente (GUEDES, 2017). A necessidade do acolhimento às parturientes faz com que a assistência da enfermagem vá além do cuidado integral de curar e tratar, uma mudança de paradigma que pode ser um processo lento, porém extremamente necessário. O cuidado deve ser paciente, respeitoso, e humanizado, resultando em uma assistência holística e digna a saúde materna-infantil (SILVA et al, 2019).

Por notar-se um aumento de casos de violência obstétrica, sendo que a maioria das pacientes violentadas denota a falta de conhecimento de seus direitos frente à gestação e ao nascimento de seu filho, foi percebida a necessidade de aprofundar e disseminar conhecimentos a respeito deste assunto, intentando descrever a importância da enfermagem durante os períodos transcorridos por uma parturiente, para que esta reconheça e não vivencie uma violência obstétrica.

## **2 OBJETIVO**

Reconhecer, através da literatura, as causas da violência obstétrica, a importância da intervenção da enfermagem na sua prevenção, e os meios a serem utilizados para tanto.

### 3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, realizada nos bancos dados: LILACS (Informação em Saúde da América Latina e Caribe), SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e BDEF (Base de Dados de Enfermagem). A busca foi orientada pela seguinte questão norteadora “Quais ações de enfermagem devem ser tomadas para evitar a ocorrência da violência obstétrica?” Os critérios de inclusão empregados foram artigos científicos publicados entre os anos de 2015 e 2021, no idioma português, utilizando os descritores “violência obstétrica”, “cuidados”, e “pré-natal” através do operador booleano AND, para fins da pesquisa. Os critérios de exclusão foram artigos duplicados nas bases de dados e os que não abordassem exatamente o tema do estudo.

### 4 RESULTADOS

Os resultados das buscas através da utilização dos descritores e sua associação através do operador booleano AND estão demonstrados no Quadro 1.

**Quadro 1** - Números de artigos resultantes das buscas nas bases de dados, ao serem utilizados os descritores e suas combinações.

Base de dados	Violência obstétrica	Violência obstétrica AND cuidados	Violência obstétrica AND cuidados AND pré natal
LILACS	76	14	10
BDEF	53	13	9
SCIELO	48	4	0

Fonte: Autoria própria, 2021.

Os dezenove artigos resultantes das buscas iniciais foram avaliados, através de leitura exploratória e extensiva, com a finalidade de separar os artigos que atendessem aos objetivos. Na leitura seletiva por meio da análise dos títulos e resumos, foram excluídos cinco artigos duplicados e três que não se relacionavam ao tema proposto, restando de amostra para a composição desta revisão integrativa onze artigos para leitura integral e crítica.

O Quadro 2 descreve os artigos selecionados que compuseram a amostra de estudo e que foram utilizados para a discussão.

**Quadro 2** - Artigos selecionados para a composição da amostra utilizada para a elaboração da discussão, apresentados por ordem cronológica decrescente.

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Conclusão</b>
2020	Silva, Aguiar	Conhecimento de enfermeiros da atenção primária acerca da violência obstétrica.	Investigar o conhecimento de enfermeiros da atenção primária à saúde acerca da violência obstétrica.	Torna-se necessário incorporar a temática no curso de graduação em Enfermagem, além de uma melhor capacitação dos profissionais para uma abordagem satisfatória da temática no contexto da atenção primária à saúde
2020	Castro; Rocha	Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a	Identificar o que a literatura científica aponta sobre a violência obstétrica e os cuidados de enfermagem para	São necessários políticas públicas eficazes e o fornecimento de capacitação para os profissionais de

		partir da literatura.	pre-venção desta ocorrência.	enfermagem, tendo em vista uma assistência humanizada
2019	Gonçalves	O prescrito e o cotidiano da Rede Cegonha de um município do agreste paraibano.	Compreender o cotidiano da Rede Cegonha de um município do Agreste Paraibano, na perspectiva das usuárias, profissionais de saúde e gestores.	O cuidado se materializa com diversas possibilidades e peculiaridades devido à heterogeneidade de atravessamentos de várias naturezas que estão presentes na socialidade.
2019	Souza, et al.	Violência obstétrica: uma revisão integrativa.	Revisar pesquisas brasileiras, identificando os tipos de violência obstétrica, possíveis causas e o papel do enfermeiro nesse cenário.	A enfermeira obstétrica pode contribuir para a redução da violência. São necessários mais investimentos na formação das profissionais e proporcionar assistência de qualidade no pré-natal parto.
2018	Niy	Desafios para a implementação de uma assistência “amiga da mulher”: a presença de acompanhantes e a	Mapear os facilitadores e obstáculos de um piloto de implementação da IHAMC para a superação da violência obstétrica, em especial nos critérios	O relacionamento, atitudes e condutas dos profissionais de saúde influenciam na satisfação dos acompanhantes com o cuidado à mulher, independente das suas características sociodemográficas.

		<p>mobilidade no parto em uma maternidade do SUS em São Paulo.</p>	<p>liberdade de movimentação no trabalho de parto” e presença de acompanhante de escolha da mulher.</p>	
--	--	--	---	--

Continua...

Continuação...

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Conclusão</b>
2017	Sá et al.	O direito ao acesso e acompanhamento ao parto e nascimento : a ótica das mulheres.	Analisar as situações de violência obstétrica perpetradas por profissionais de saúde durante o processo parto/nascimento sob a percepção das puérperas	O apoio institucional à mulher é imprescindível e deve estar alicerçado na garantia do exercício dos direitos legais que a amparam.
2017	Cardoso, et al.	Violência obstétrica institucional no parto: percepção de profissionais da saúde.	Avaliar os saberes e práticas sobre violência obstétrica na percepção dos profissionais da saúde.	A maioria dos profissionais desconhece o tema violência obstétrica. A análise dos discursos sugere que a solução do problema da violência obstétrica está na humanização da assistência.
2016	Francisco	Humanização do centro	Refletir acerca das práticas seguras adotadas para o nascimento	A humanização não deve se estender apenas ao parto normal ou em viabilizar

		obstétrico.	saudável e os desafios que ainda enfrentamos para aplicá-las.	o nascimento com o mínimo de intervenções, mas para todos os centros obstétricos.
2016	Silva, et al.	Violência obstétrica sob o olhar das usuárias	Investigar o conhecimento das mulheres acerca da violência obstétrica.	É fundamental as mães tomar conhecimento sobre seus direitos sexuais e reprodutivos, para que possam exigir melhor assistência.
2015	Norman, Tessier.	Obstetizes e enfermeiras obstétricas no Sistema Único de Saúde e na Atenção Primária à Saúde: por uma incorporação sistêmica e progressiva	O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de incorporação gradual e sistêmica das obstetizes e enfermeiras obstétricas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à Atenção Primária à Saúde (APS).	Existe a necessidade de aprimoramento do modelo atual, que não privilegia a continuidade do cuidado, criando uma solução de continuidade entre pré-natal e assistência ao parto.
2015	Luz, Assis, Rezende	Puérperas adolescentes: percepções relacionadas ao pré-natal e ao	Verificar a percepção das puérperas adolescentes sobre a assistência recebida pela equipe de saúde	Durante o pré-natal e trabalho de parto as adolescentes foram bem orientadas e atendidas por parte da equipe de saúde, porém houve casos de

		parto.	durante o pré-natal e o parto.	violência obstétrica com um atendimento desumanizado e humilhante.
--	--	--------	--------------------------------	--

Fonte: Autoria própria, 2021.

## 5 DISCUSSÃO

A leitura dos artigos levou a reflexões importantes sobre o tema violência obstétrica. Para podermos compreender o impacto destes atos, é necessário o profundo conhecimento sobre definições e conceitos, bem como dos fatores geradores, para desta forma também podermos estruturar formas de combate através de ações por parte da equipe de saúde, em especial da equipe de enfermagem. Desta forma, a discussão foi dividida em três eixos temáticos: “Violência obstétrica: conceitos”, “Causas e percepções dos atores na violência obstétrica” e “Formas de prevenção da Violência Obstétrica e importância da Enfermagem Obstétrica no esclarecimento das gestantes”.

### 5.1 Violência obstétrica: Conceitos

Há muito tempo vivencia-se uma baixa qualidade na assistência durante o momento de nascer. Porém, muito recentemente gerou-se uma visão mais ampla nesta desqualificação, levando a uma maior compreensão em relação à presença de algum tipo de violência para com as parturientes. O que hoje entendemos como violência era tido como um momento natural e até mesmo necessário, do ponto de vista dos profissionais, de ser vivenciado pela gestante, sendo ele dor ou imobilização durante o trabalho de parto, e agressões físicas, verbais e psicológicas, por exemplo. Porém, o que fez este conceito de violência emergir foi o fato de que, desde que não haja implicações relacionadas

à saúde materno-fetal, se a mulher possui a livre escolha de como deseja parir, seria correto um profissional da saúde ou instituição demandar deveres sobre estas escolhas? (NIY, 2018).

Uma mistura de sobrecarga de trabalho com ambientes inadequados para trabalhar, levam à tendência de “adiantar” o momento do nascer, onde é possível, por exemplo, visualizar um resultado bem expressivo no aumento de cesáreas, que acabaram tornando-se um problema de saúde pública, muitas vezes ocasionado pela precariedade do sistema e direito ao acesso aos serviços de saúde durante toda fase gestacional (SÁ, 2017; NIY, 2018).

### **5.1.1 Tipos de violência obstétrica**

A violência obstétrica pode ser descritas de três formas: violência verbal, física e psicológica, caracterizadas a partir do momento em que a parturiente ouve frases de humilhação provindas dos profissionais de saúde, ou é impedida de se locomover durante seu trabalho de parto, por exemplo, gerando assim, impactos profundos no desenvolver deste momento tão importante da gestante, criando memórias maternas ruins que serão lembradas para o resto de sua vida (SOUZA et al, 2019). Além disso, muitos profissionais, ao deparar-se com atos considerados rotineiros em mulheres durante o trabalho de parto, tais como gritos, choros, ansiedades, medos e dúvidas, realizam violência verbal através de xingamentos, expressões pessoais e humilhações (CASTRO; ROCHA, 2020; CARDOSO, 2017).

A falta de diálogo dos cuidados que serão realizados em diversos momentos da preparação para o nascimento de um bebê também é uma forma de violência. A negligência do profissional de saúde em explicar os procedimentos realizados com a mãe e/ou bebê, leva esta parturiente a ter certa insegurança. Com isso, ocorre uma expropriação

por parte do profissional, diminuindo o potencial feminino de quem está parindo, que incorre em pensamentos de inaptidão em realizar o próprio parto ou os cuidados posteriores com seu recém-nascido (SOUZA et al, 2019).

A indicação de procedimentos dispensáveis, tais como a realização de cesáreas e administração de medicamentos desnecessários, como, por exemplo, a ocitocina, o uso da episiotomia ou do “fórceps”, tricotomia, toques excessivos ou bruscos sem aviso prévio à gestante, a realização da manobra de Kristeller (pressão no fundo do útero feminino), a proibição de ingestão de alimentos e bebidas durante o trabalho de parto, ou ainda a negação de métodos para o alívio da dor, são exemplos de atitudes violentas que prejudicam o momento do parto (CASTRO; ROCHA, 2020; SILVA; AGUIAR, 2020; CARDOSO et al, 2017; FRANCISCO, 2016).

O local do parto, deve ser uma escolha da gestante, fazendo assim, com que todas essas opções tornem o cenário humanizado e diminuam a ocorrência de violência obstétrica. Forçar a gestante a parir em um local diferente de onde ela deseja é também uma forma de violência (NORMAN; TESSER, 2015).

A violência obstétrica tornou-se tão invisível que as próprias violentadas não são capazes de distinguir sua ocorrência em seu pré-natal, trabalho de parto ou pós-parto. Com a falta de conhecimento de seus direitos sexuais e reprodutivos, estas mulheres muitas vezes vivenciam realidades dolorosas sem ao menos conseguir denunciar ou recorrer aos seus direitos perante tudo o que sofreram em um atendimento pouco ou nada humanizado (SILVA et al, 2016).

## **5.2 Causas e Percepções dos atores na violência obstétrica**

O ato de violência obstétrica está agregado ao modelo de parto vigente no país devido às suas práticas contínuas e por vezes desnecessárias, retirando assim, toda fisiologia natural que um parto saudável apresenta, e o direito da mulher sobre ele. Isto ocorre devido a falhas no sistema de saúde, que limitam a fiscalização das instituições e por vezes não visam uma educação continuada por parte dos profissionais, deixando-os assim, desqualificados para sua prática diária profissional (CARDOSO et al, 2017; NIY, 2018).

As causas provindas dos profissionais geralmente derivam de longas jornadas de trabalho, que é um fator chave para intensificar o cansaço e o despreparo do colaborador em realizar uma assistência adequada. Além disso, os próprios profissionais de saúde, de forma geral, não possuem as qualificações necessárias para atender e posicionar-se frente a uma violência obstétrica, excluindo assim, um olhar mais humanizado para com qualquer gestante (SILVA et al, 2016). De qualquer forma, sabendo que as ocorrências destes fatores levam à diminuição da qualidade de serviço prestado, a fiscalização dos profissionais deveria ser executada com maior rigidez e continuidade (SOUZA et al, 2019).

A denominada violência institucional, acarretada pela incompatibilidade do espaço físico e de materiais com o serviço prestado, também é uma das causas de violência obstétrica, por levar as gestantes uma experiência traumatizante e muitas vezes dolorosa (SILVA et al., 2016; SOUZA et al., 2019).

Por outro lado, existe, também, a ignorância das próprias parturientes, ocasionada por falta ou limitação de acesso a informações por fatores socioeconômicos (SOUZA et al, 2019) ou mesmo pela faixa etária, quando verifica-se que adolescentes são submetidas a pressões que a própria sociedade estabelece (LUZ; ASSIS; REZENDE, 2015).

### **5.3 Formas de prevenção da Violência Obstétrica e importância da Enfermagem Obstétrica no esclarecimento das gestantes: humanização do centro obstétrico**

Ao adentrar o centro obstétrico, a mulher sente-se apreensiva e precisa ser confortada e orientada para que todo o processo possa ocorrer da forma como ela desejou e esperou. Os profissionais precisam conscientizar-se de que é necessário que estejam disponíveis psicologicamente, mais do que tecnicamente, a fim de dar todo o apoio que aquela mulher necessita, o que ficará registrado na memória da parturiente e será alvo de sua avaliação de atendimento, contribuindo para a reputação da instituição (FRANCISCO, 2016; SILVA et al., 2016).

Novos modelos de indução humanizada ao parto, com banquetas, bolas e cadeira de parto vertical, na qual o acompanhante está junto à parturiente, são formas de melhorar o processo do nascimento, embora ainda encontrem resistência por parte de alguns profissionais que preferem perpetuar práticas obsoletas que acabam resultando em formas de violência obstétrica (GONÇALVES, 2019).

Pensando em uma assistência qualificada, faz-se necessário também relatar que a mesma deve ser exercida para qualquer gestante independente de sua cor, classe social, nível de escolaridade e religião, tornando assim, um serviço de âmbito universal prezando a equidade de todos os assistidos, conforme reportado pelo Ministério da Saúde: “Toda mulher tem direito ao melhor padrão atingível de saúde, o qual inclui o direito a um cuidado digno e respeitoso” (SILVA et al, 2016).

#### *5.3.1 Importância da Enfermagem Obstétrica nesse cenário*

O enfermeiro é respaldado pela Lei do exercício profissional n. 7.498 de 25 de junho de 1986 para atuar diretamente no cuidado à

mulher em trabalho de parto (CASTRO; ROCHA, 2020). É este profissional que precisa manter uma interação horizontal com suas pacientes, que necessitam de autonomia para serem as protagonistas de sua própria história materna (CARDOSO et al, 2017).

A presença da enfermagem no cenário obstétrico auxilia na redução de eventos traumáticos, pois evidencia processos fisiológicos e naturais da parturiente, fazendo com que ocorra uma redução de práticas intervencionistas desnecessárias, bem como a desmedicalização do parto. O maior benefício disso é manter a condição psicológica e emocional da mulher, que interfere diretamente ao trabalho de parto e reações pós parto, associado ao aumento de partos espontâneos por vias vaginais e diminuição de cesáreas sem indicações reais. Todas essas condições levam ao início precoce do aleitamento materno, relacionado a boas condições hormonais, resultando em condições perinatais positivas e menor morbimortalidade materno-infantil através de práticas baseadas em evidências (SOUZA et al, 2019).

### *5.3.2 Iniciativas para superar a violência obstétrica*

O Ministério da Saúde no Brasil tem realizado cada vez mais iniciativas que promovam uma atenção humanizada e íntegra para com o binômio mãe-bebê, através da criação de programas que tenham como principal objetivo a presença de qualidade de vida para seus assistidos. Atualmente conta-se com a (a) Rede Cegonha, direcionada à atenção às mulheres e crianças, que visa assegurar o direito ao planejamento reprodutivo, uma atenção integral e humanizada no ciclo gravídico puerperal; (b) Hospital Amigo da Criança, criado no início da década de 90 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com o intuito de promover proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno; (c) iniciativas para promoção do aleitamento materno

exclusivo, como a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes (NBCAL) que normatiza qualquer substituto do aleitamento materno, como por exemplo, uso de bicos artificiais que por vezes podem atrapalhar o fornecimento natural do leite materno (GONÇALVES, 2019; NIY, 2018).

E pensando na formação dos profissionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), preconizam que a atuação do enfermeiro deve ser realizada de forma generalista, onde possua conhecimentos, habilidades e atitudes suficientes para assistir a população. A OMS, a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) e o Ministério da Saúde estão dando cada vez mais ênfase à saúde da mulher, com o intuito de reduzir as taxas de morbimortalidade materna e neonatal, e alcançar um atendimento qualificado e íntegro a este binômio. Por isso, encontra-se uma grande oportunidade de realizar um papel educacional neste setor (SILVA, 2020).

## **6 CONCLUSÕES**

Por meio deste estudo, nota-se que claramente a violência obstétrica gera um impacto negativo no âmbito psicossocial de uma mulher. Muito embora, na maioria das vezes, as mulheres nem tenham consciência do ocorrido, este impacto negativo acaba gerando lembranças em seu histórico materno que podem ser levados por muito tempo de sua vida, prejudicando assim, a relação do binômio mãe e bebê. A violência obstétrica ocorre com uma frequência frenética em maternidades em todo Brasil, que podem ser visualizadas até mesmo no início do histórico gestacional.

O poder feminino existente, que é capaz de direcionar e executar todo trabalho de parto, mas por vezes acaba sendo anulado e substituído por práticas intervencionistas desnecessárias. Estes atos

violentos contra a autonomia materna podem ser causados por despreparo dos profissionais envolvidos no atendimento, seja por falta de conhecimento, por conceitos malformados, ou por falta de conhecimento por parte das próprias mulheres, que muitas vezes não tem acesso aos seus direitos e deveres durante o período gestacional, ou até mesmo por incompatibilidade nas instalações físicas onde as parturientes serão atendidas.

Evidencia-se a urgência de combater a todos os tipos de violências realizadas no puerpério, e os profissionais de Enfermagem possuem uma posição ímpar para combater a estes atos, por estarem mais presentes nos períodos gestacionais da mulher quando comparados a outros profissionais. Entre as ações de prevenção e esta violência constatada por este estudo estão, a atualização do profissional através de uma educação continuada que gera confiança e conhecimento científico suficiente para atender e prestar cuidados íntegros e dignos a uma gesta, fazendo assim, com que toda intervenção seja realizada de forma consciente e necessária para cada singularidade do histórico daquela mulher. Por fim, a violência obstétrica atualmente ainda encontra-se mascarada em muitas instituições, devendo ser combatida da melhor forma pelos profissionais de saúde, devido ao grande impacto que traz a vida de uma mulher, de seu bebê gerado, e até mesmo a própria instituição de saúde.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa civil. Lei nº 11.108, de 7 de Abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, 07 de Abril de 2005.

CARDOSO, Ferdinand José da Costa, et al. Violência obstétrica institucional no parto: percepção de profissionais da saúde. **Rev. enferm. UFPE** [online] v. 11, n.9, p.3346-3353, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110232/22159>. Acessado em 12 Out. 2021.

CARREGAL, Fernanda Alves dos Santos, et al. Resgate histórico dos avanços da Enfermagem Obstétrica brasileira. **Hist. Enferm. Rev. Eletrônica** [Internet]. v.11, n.2, p.123-132, 2020. Disponível em <http://here.abennacional.org.br/here/v11/n2/a4.pdf>. Acesso em 16 mar. 2021.

CASTRO, Antonia Tainá Bezerra; ROCHA, Sibeles Pontes. Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura. **Enfermagem em Foco**, [Internet.], v. 11, n. 1, jun. 2020. ISSN 2357-707X. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2798/725>. Acesso em: 03 abr. 2021.

FARIAS, Aristóteles Silva. **Assistência ao parto humanizado: sensibilização da equipe de enfermagem**. Trabalho de Conclusão (Especialização) - Curso de Enfermagem Obstétrica, Escola Pública do Ceará. Fortaleza, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/35067980/ESCOLA\\_DE\\_SA%C3%9ADE\\_PUBLICA\\_DO\\_CEAR%C3%81\\_ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O\\_EM\\_ENFERMAGEM\\_OBST%C3%89TRICA\\_ASSIST%C3%8ANCIA\\_AO\\_PARTO\\_HUMANIZADO\\_SENSIBILIZA%C3%87%C3%83O\\_DA\\_EQUIPE\\_DE\\_ENFERMAGEM](https://www.academia.edu/35067980/ESCOLA_DE_SA%C3%9ADE_PUBLICA_DO_CEAR%C3%81_ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O_EM_ENFERMAGEM_OBST%C3%89TRICA_ASSIST%C3%8ANCIA_AO_PARTO_HUMANIZADO_SENSIBILIZA%C3%87%C3%83O_DA_EQUIPE_DE_ENFERMAGEM). Acesso em 16 Mar.2021.

FRANCISCO, Sacha Santos Orzechowski. **Humanização no Centro Obstétrico**.2016. 17f. Relatório de Conclusão (Curso Técnico). Curso

Técnico em Enfermagem, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/coleciona-sus/2016/35445/35445-1150.pdf>. Acesso em 24 jun. 2021

GONÇALVES, Roberta Lima. **O prescrito e o cotidiano da Rede Cegonha de um município do agreste Paraibano**. 2019. 124p. Tese (Doutorado) Curso de Enfermagem. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ENFC-BDYN4/1/roberta\\_lima\\_gon\\_alves.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ENFC-BDYN4/1/roberta_lima_gon_alves.pdf). Acesso em: 17 de Abr. 2021

GUEDES, Leilane Lis Barbosa. **A assistência da(o) enfermeiro(a) à parturiente no contexto hospitalar: um olhar sobre a violência obstétrica**. 2017. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Enfermagem, Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira (BA), 2017. Disponível em: <http://famamportal.com.br:8082/jspui/handle/123456789/393>. Acesso em 16 mar. 2021.

GUEDES-SILVA, Damiana, et al. Depressão pós-parto: prevenção e consequências. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v.3, n. 2, p. 439-450, 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v3n2/10.pdf>. Acesso em 16 mar. 2021.

ISMAEL, Fabiana Marques, et al. Assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Rev. Bras. Interdisciplinar de Saúde ReBis** [Internet], v.22,, n.2, p.75-80, 2020. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/92>. Acesso em 16 mar. 2021.

LUZ, Nina Franco; ASSIS, Thaís Rocha; REZENDE, Fabrícia Ramos. Puérperas adolescentes: percepções relacionadas ao pré-natal e ao parto. **Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde ABCS Health Sciences** [Internet]. v.40, n.2, p.80-84, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.7322/abcs.hs.v40i2.735>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

MEDEIROS, Renata Marien Knupp, et al. Repercussões da utilização do plano de parto no processo de parturição. **Rev. Gaúcha Enferm.** Porto Alegre, v.40, e20180233, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198314472019000100504&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198314472019000100504&lng=en&nrm=iso). Acesso em 06 Mar. 2021

MEDEIROS, Nathalia Costa Melquíades de, et al. Violência obstétrica: percepções acerca do parto normal. **Temas em Saúde**, João Pessoa, v.16, n.3, p. 503-528, 2016. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2016/09/16331.pdf>. Acesso em 16 mar. 2021.

NIY, Denise Yoshie. **Desafios para a implementação de uma assistência "amiga da mulher"**: a presença de acompanhantes e a mobilidade no parto em uma maternidade do SUS em São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde23042018141716/pt-br.php>. Acesso em: 03 abr. 2021.

NORMAN Armando Henrique, TESSER Charles Dalcanale. Obstetrizes e enfermeiras obstetras no Sistema Único de Saúde e na Atenção Primária à Saúde: por uma incorporação sistêmica e progressiva. **Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade**. [Internet], v.10, n.34, p.1-7, 2015. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc10\(34\)1106](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc10(34)1106). Acesso em: 23 Mai 2021

SÁ, Ângela Mitrano Perazzini de, et al. O direito ao acesso e acompanhamento ao parto e nascimento: a ótica das mulheres. **Revista**

**de Enfermagem UFPE** online, [Internet], v. 11, n. 7, p. 2683-2690, jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23440/19140>>. Acesso em: 23 maio 2021.

SANTANA, Fernando Alves; LAHM, Janaína Verônica; SANTOS, Reginaldo Passoni dos. Fatores que influenciam a gestante na escolha do tipo de parto. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, Sorocaba, v.17, n.3, p.123-127, 2015.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/21337>  
Acesso em 16 mar. 2021.

SILVA, Mariana Isidoro; AGUIAR, Ricardo Saraiva. Conhecimento de enfermeiros da atenção primária acerca da violência obstétrica. **Nursing** [Internet], v.23, n.271, p.5013-5024, 2020. Disponível em: <http://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/568/1213>. Acesso em: 25 de abr. 2021

SILVA, Wanessa Barros da, et al. 2019. Educação em saúde acerca da prevenção da violência obstétrica: relato de experiência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde** [Internet], v.11, n.14, p.e1163. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/1163>. Acesso em 06 mar. 2021.

SILVA, Raissa Lins Vieira da, et al. Violência obstétrica sob o olhar das usuárias. **Revista de Enfermagem UFPE online**, [Internet.], v. 10, n. 12, p. 4474-4480, set. 2016. ISSN 1981-8963. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11512>. Acesso em: 03 abr. 2021.

SOUZA, Ana Clara Alves Tomé de, et al. Violência obstétrica: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem UERJ**, [online], v. 27, p. e45746, abr. 2020. ISSN 0104-3552. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/45746>>. Acesso em 13 out. 2021.

STORTI, Juliana de Paula Louro. **O papel do acompanhante no trabalho de parto e parto: expectativas e vivências do casal**. 2004. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: doi:10.11606/D.22.2004.tde-13102004-152521. Acesso em 06 mar. 2021.